

35º Encontro Anual da ANPOCS;

GT38 Violência, criminalidade e punição no Brasil;

Cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo: uma exploração do mundo social que se estrutura através da prisão em São Paulo e na Catalunha,

Rafael Godoi.

Cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo: uma exploração do mundo social que se estrutura através da prisão em São Paulo e na Catalunha.¹

Rafael Godoi

Introdução

O presente trabalho se insere no debate a respeito das transformações no sistema prisional contemporâneo, que acompanham o pronunciado aumento da população carcerária e das taxas de encarceramento em diversos países ocidentais, a partir do último quarto do século XX. Ainda que diversos autores centrem suas reflexões sobre a experiência prisional norte-americana – que apresenta as mais significativas taxas de crescimento –, em países europeus e do sul, o que Garland (2001) chamou de processo de massificação do encarceramento também pode ser observado. No Brasil, no final da década de 1980, a população prisional não alcançava a cifra de 100 mil presos; vinte anos depois, no final dos anos 2000, quase meio milhão de pessoas já se amontoam nas prisões brasileiras – um aumento evidentemente desproporcional ao crescimento da população.² Na Espanha, no mesmo período, a população carcerária saltou de pouco mais de 30 mil presos para quase 80 mil.³ Ainda que em ritmos e escalas diferenciadas, os sistemas prisionais de diferentes países se expandiram, indicando profundas alterações no funcionamento e no lugar social dessas instituições no mundo contemporâneo.

De tal modo, na pesquisa que fundamenta esse trabalho, colocou-se um duplo objetivo: em primeiro lugar, desenvolver uma perspectiva analítica sobre os significados e sentidos dessa transformação penitenciária, principalmente no que diz respeito aos seus efeitos sobre os territórios, agentes e grupos sociais direta e indiretamente implicados nesse processo; em segundo lugar, através dessa perspectiva, explorar o desenvolvimento recente dos sistemas penitenciários brasileiro e espanhol, atentando especialmente para os casos do estado de São Paulo e da comunidade autônoma da Catalunha.

A perspectiva analítica desenvolvida se volta para a compreensão das dimensões sociais mais amplas do encarceramento e de seu incremento, de modo que não se restringe a análise

¹ O artigo adapta questões trabalhadas na dissertação de mestrado intitulada “*Ao redor e através da prisão: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo*”, defendida em 2010, no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, sob orientação da Profa. Dra. Vera da Silva Telles.

² Para a consulta das estatísticas do encarceramento no Brasil, ver: DEPEN (2010).

³ Para a consulta das estatísticas do encarceramento na Espanha, ver: MI (2010).

aos limites físicos e institucionais da prisão.⁴ Num primeiro momento, tal perspectiva se concretizava na abordagem etnográfica de determinadas localidades urbanas periféricas especialmente afetadas por altos índices de encarceramento. Porém, na tentativa de acessar as redes sociais que se (re)estruturam em função da prisão nessas localidades, uma miríade de agentes e territórios interpelados pela prisão e por sua expansão foi se desvelando, impondo uma requalificação dos instrumentos e estratégias de pesquisa.⁵

Nessa etapa de revisão da perspectiva diante dos achados de pesquisa, duas noções foram de suma importância, e devem ser, desde já, aclaradas. A primeira é a noção de dispositivo carcerário formulada por Foucault (1980). Esquemáticamente, é possível afirmar que: 1– o dispositivo é uma rede heterogênea, que articula diferentes agentes, discursos, instituições, práticas e saberes que conformam um sistema penitenciário situado no tempo e no espaço; 2– entre esses nós heterogêneos existe todo um jogo de relações, de implicações mútuas e interferências recíprocas, de modo que uma alteração em um dos nós dessa rede acarreta rearticulações, ressignificações e deslocamentos nos demais; e 3– o dispositivo se constitui num dado momento como uma espécie de resposta estratégica dominante para uma certa urgência, mas ele continua a se desenvolver na medida em que suas circunstâncias conjunturais e seus efeitos (previstos ou não) implicam em novas urgências, as quais levam à agregação contínua de novas estratégias e novos elementos.

A segunda noção central desta perspectiva analítica é uma idéia de cartografia adaptada à prática sociológica e ao problema dessa pesquisa; portanto, numa acepção bastante experimental. Se a cartografia é a arte de elaborar mapas, neste trabalho o cartografar se dá ao seguir as trajetórias de alguns agentes considerados estratégicos, cujas experiências exprimem e cujos saberes informam sobre importantes reconfigurações em modulações situadas do dispositivo carcerário. Apresentar suas trajetórias e saberes é uma maneira de apresentar alguns dos territórios, práticas, discursos e instituições que se articulam numa certa modulação do dispositivo carcerário; bem como uma forma de interpelar algumas transformações, derivas, e reconfigurações que nela se acumulam no desenrolar do tempo. Nestes termos, este exercício cartográfico objetiva esboçar mapas e colocá-los em movimento, explorando os nexos entre as experiências biográficas e a história social que modula um dispositivo carcerário e o situa no tempo e no espaço.

⁴ Para uma apresentação dos fundamentos teóricos dessa perspectiva, ver: GODOI (2011a).

⁵ Para uma discussão mais detida sobre as implicações teóricas, empíricas e metodológicas de tal requalificação, ver: GODOI (2011b).

Embora a perspectiva analítica adotada seja exploratória e experimental, sua mobilização frente os sistemas prisionais paulista e catalão parece oferecer elementos para a reflexão acerca de algumas tendências transversais que caracterizam os sistemas prisionais contemporâneos. Por outro lado, permite abordar certas especificidades contextuais que singularizam os sistemas prisionais – e sua massificação – nos diferentes territórios. De todo modo, é importante ressaltar que não se trata de realizar uma comparação sistemática entre dois sistemas penitenciários; mas sim de justapor trajetórias individuais e as cartografias de modulações do dispositivo carcerário que delas se depreendem. De tal exercício, mais do que explicações, emergem questões para a reflexão.

Manola e Aurora – na Catalunha –, Amaro e Pedro⁶ – em São Paulo – são os personagens cujos saberes e trajetórias conformam essas cartografias. Os quatro compartilham uma importante característica: têm uma longa e íntima relação com a prisão, sem nunca terem sido julgados, nem condenados. Suas experiências se dão no limiar entre o dentro e o fora da prisão, no constante atravessar de suas muralhas, e, por isso mesmo, permitem uma abordagem não só da prisão, mas do dispositivo carcerário.

Manola

Manola nasceu em Tarifa, extremo sul da Andaluzia, em 1940. Seu pai era pescador e sua mãe trabalhava numa fábrica de peixes enlatados. Todos os seus seis irmãos trabalhavam no ramo da pescaria. Com oito anos, ela começou a trabalhar numa padaria, carimbando os cartões de racionamento de alimentos, instituídos por Franco logo após vencer a Guerra Civil. Por dez anos trabalhou no mesmo local, depois passou cinco anos trabalhando numa casa de família, até que, em 1963, casou-se com um vendedor de peixes e deixou de trabalhar. Teve seus três filhos num lapso de cinco anos. A vida era dura, mas, pelo emprego de seu marido, ao menos, comida nunca lhe faltava. Já seus pais e seus irmãos não tinham a mesma sorte. Depois de sobreviver a um naufrágio, seu pai já não queria pescar e a situação da família foi se complicando. A solução que encontraram foi a mais comum naquela época: a migração. No final da década de 1960, sua família pouco a pouco foi se instalando numa cidade industrial vizinha a Barcelona, Cornellà de Llobregat, onde todos muito rapidamente encontraram empregos na indústria e no comércio. Sua mãe lhe incentivava a também migrar para a Catalunha, fato que acabou se concretizando no ano de 1971. Seu marido, de

⁶ Todos os nomes são fictícios.

comerciante tornou-se operário da indústria automobilística, e Manola passou a trabalhar numa casa de família no centro de Barcelona.

Manola viveu a década de 1970 acompanhando de perto os seus filhos crescerem e, de longe, o processo de redemocratização do país; a morte de Franco, a instituição de uma monarquia constitucional, as reformas políticas e as intensas manifestações populares que tentavam pautá-las.⁷ Para ela, tudo ia relativamente bem até 1981, quando seu marido veio a falecer e seu filho mais velho foi preso.

Ele vinha usando heroína pelas ruas de seu bairro e praticando roubos no comércio da região. Depois de um assalto a um supermercado, foi preso e encaminhado à “*Cárcel Modelo*” de Barcelona – um complexo panóptico construído em 1904 que, até muito recentemente, foi a maior e mais importante prisão da Catalunha.⁸

Nas primeiras visitas a “*La Modelo*”, Manola encontrava o seu filho muito mal, magro, com aspecto de doente, nervoso e inquieto; mesmo preso, ele seguia usando heroína. No que diz respeito às práticas de tratamento penitenciário, àquela altura não havia nenhum tipo de programa específico destinado aos dependentes químicos; as surras e maus tratos davam o tom do tratamento dispensado aos reclusos.

Manola, uma vez viúva, passou a buscar ajuda para seu filho preso, e a conversar com os dois mais novos de uma maneira mais aberta e franca sobre todo e qualquer tema considerado delicado, como sexo, drogas, dinheiro, etc. Para fundamentar suas orientações, ela se movia em busca de informações. Passou a frequentar palestras sobre a AIDS, o crime e a droga promovidas por diversas organizações, como a Igreja Católica, associações de moradores, polícias, prefeituras, etc.

Nesta busca, Manola conheceu um grupo de jovens egressos, familiares e amigos de pessoas presas que se organizavam num galpão ocupado em Cornellà, faziam protestos contra as precárias condições do sistema prisional, acompanhavam os casos de alguns presos e buscavam alternativas para aqueles que saíam da prisão. Por meio das reuniões desse grupo, Manola pôde desenvolver uma visão mais abrangente sobre o sistema prisional espanhol. O poder de articulação do coletivo era bastante significativo, e Manola provou ser peça chave de muitas das articulações. Em pouco tempo, ela ajudou a estruturar um grupo de mães de presos (que, em separado, compartilhavam experiências e discutiam a situação das prisões), uma empresa informal de reciclagem (para oferecer oportunidade de trabalho para os

⁷ Sobre o processo de redemocratização da Espanha, ver: TUSSEL (1999).

⁸ Sobre a história da “*Cárcel Modelo*”, ver: PRODUÇÃO COLETIVA (2004).

egressos e levantar fundos para o coletivo), manifestações em Madrid e Barcelona (para reivindicar melhorias no sistema penitenciário), articulações com os setores mais progressistas da Igreja Católica (para fortalecer a legitimidade do movimento), entre outras ações. Ou seja, a partir da prisão de seu filho, Manola se inseriu num agitado campo político que se organizava ao redor do problema penitenciário, que pressionava, propunha, contrapunha-se e reagia aos deslocamentos operantes no dispositivo carcerário em seus diferentes níveis.

O momento em que o grupo de Cornellà começou a se organizar, e que Manola começou a atuar, pode ser considerado como uma fase de refluxo e reestruturação de um campo político que havia emergido com força poucos anos antes. Por volta de 1976 surgiu a *Coordinadora de Presos en Lucha* (COPEL), que rapidamente se espalhou pelas mais importantes instituições carcerárias da Espanha.⁹ O movimento reivindicava a extensão das anistias e indultos – que marcavam a redemocratização – aos presos “sociais” (comuns), melhorias no tratamento penitenciário e uma ampla reforma em todo o sistema penal. Dentro das prisões, os presos organizavam-se em assembléias, realizavam rebeliões, articulavam greves de fome e auto-lesões coletivas. Do lado de fora, contavam com amplo apoio de *Coordinadoras* compostas por familiares, por defensores dos direitos humanos, intelectuais, sindicalistas, e militantes socialistas e anarquistas. Os anos de 1977 e 1978 foram marcados por forte mobilização popular em torno da questão penitenciária, dentro e fora das prisões, de modo que anistias e indultos parciais foram sendo concedidos pelo Rei, e a reforma penitenciária – ainda que bastante criticada e insuficiente – foi a primeira a ser realizada no período democrático.¹⁰ No interior das prisões, o movimento da COPEL começou a se enfraquecer em 1979, com o isolamento das principais lideranças num presídio de Santander; com a redução da perspectiva de indulto estendido depois da reforma; e, precisamente, com a introdução do comércio de heroína no interior das prisões. Do lado de fora, muitos grupos e associações se desarticularam, e os que restaram tenderam a privilegiar outras pautas, apoiando outros movimentos sociais, que apresentavam maiores possibilidades de avanço. A *Coordinadora Contra la Marginaciò de Cornellà* foi uma das poucas que seguiu ativa e focando a questão penitenciária. A trajetória e os esforços de Manola no decorrer dos anos 1980 é também a história de importantes setores desse campo político.

⁹ Sobre a COPEL, ver: RUBIO (2005).

¹⁰ Para uma reflexão sobre a reforma penitenciária, feita por Carlos García Valdés – pesquisador, idealizador e realizador da reforma – enquanto Diretor Geral de Instituições Penitenciárias do governo de transição, ver: VALDÉS (1981).

Em 1986, seu filho foi posto em liberdade. Logo, Manola percebeu que ele seguia usando heroína, e já mais bem informada e com um amplo leque de contatos conquistados no movimento social, conseguiu uma internação para ele numa conceituada instituição de tratamento. Não obstante os esforços, ele voltaria a ser preso pouco tempo depois. Nesse segundo período de prisão, o filho de Manola já foi submetido a tratamento com base num fármaco opiáceo chamado metadona, que estava sendo amplamente distribuído nas prisões catalãs para controlar a dependência química e a epidemia de AIDS.

No decorrer da década de 1990, a *Coordinadora* foi se institucionalizando. A empresa de reciclagem *Recibaix*, por exemplo, passou a contar com uma equipe de gestores profissionais financiada pela prefeitura de Cornellà; estabeleceu um contrato com a secretaria responsável pela limpeza urbana, recebendo caminhões e balanças; abriu uma loja de artigos restaurados e um educador social foi contratado para trabalhar junto aos egressos, ambos através de parcerias com fundações empresariais e bancárias. Os demais projetos da entidade seguiram percurso análogo. Para um setor da *Coordinadora*, avanços como esses representavam a profissionalização e um salto de eficiência para os projetos da entidade – um ganho de capacidade de mobilização; para outro, tais parcerias representavam um refreamento na capacidade de denúncia e reivindicação do coletivo. Um conflito se deflagrou entre os jovens militantes que se organizaram no começo dos anos 1980, e o setor de senhores e senhoras religiosos que se aproximou posteriormente, em grande parte devido à própria articulação de Manola. Dois projetos de organização da sociedade civil entraram em disputa, e o grupo religioso acabou impondo sua hegemonia. Progressivamente, os integrantes mais afeitos a uma postura de confrontação política foram abandonando a atuação, até o ponto em que restasse somente Manola daqueles tempos iniciais da organização. Nesse contexto que, no começo dos anos 2000, ela foi nomeada presidente da entidade.

A primeira década do século XXI foi de grandes transformações naquele bairro de Cornellà e nas prisões catalãs, arrebatados pelo notável incremento de populações estrangeiras – primeiramente magrebins e latino-americanos, depois subsaarianos, romenos, poloneses, paquistaneses, filipinos, etc.¹¹ A imigração internacional (legal e clandestina) emergiu como um problema urgente em toda a Europa, motivando a adoção de medidas restritivas, de maior controle e repressão sobre essas populações. A decorrente transformação dos perfis populacionais de bairros periféricos e das prisões catalãs imprimiu uma série de

¹¹ Para um panorama abrangente sobre a imigração internacional na Espanha, ver: DÍAZ, MIRANDA e ENRÍQUEZ (2001).

reconfigurações na *Coordinadora*. De um lado, impôs dificuldades para os projetos de assistência jurídica, apoio a familiares, reinserção laboral de egressos, etc. Nesta nova fase, familiares de imigrantes presos chegam a procurar a entidade em busca de auxílio, porém algumas questões se interpõem à consolidação de uma relação de colaboração efetiva. Em primeiro lugar, os advogados que prestam serviço para a entidade são financiados pela prefeitura de Cornellà, o que exige que os assistidos tenham condições de comprovar documentalmente uma relação estável com a cidade – requisito dificilmente cumprido pelos imigrantes clandestinos. Em segundo lugar, muitos dos que cumprem esse requisito chegam à entidade encaminhados pela própria *Secretaria de Serveis Penitenciaris, Rehabilitació e Justícia Juvenil* (SSPRJJ) do governo da Catalunha, de tal modo que vêm na organização uma prestadora de serviços ligada ao Estado, e não uma associação comunitária. Quando descobrem que uma das contrapartidas da assistência jurídica é a participação em reuniões e outras atividades periódicas, muitos dos demandantes desistem. Por outro lado, para reverter essa difícil situação, a *Coordinadora* vem investindo na diversificação de suas atividades. É nesse sentido que foi desenvolvido o projeto de qualificação profissional para jovens com trajetória de fracasso escolar, intitulado *La Carena*. Esse é o único projeto da organização em que o público alvo é majoritariamente de origem estrangeira. O discurso de justificação do projeto, sem descolá-lo do conjunto de atividades promovidos pela entidade, é o da prevenção do delito. O ensinamento de ofícios ligados à construção civil e informática para jovens de origem imigrante, que não se adaptam ao ambiente escolar, acaba investido de uma racionalidade criminológica preventiva, informada pela identificação de grupos de risco e pela projeção de uma inserção social adequada, segundo o horizonte do “possível”.¹²

Através da trajetória de Manola, é possível conhecer a trajetória da *Coordinadora*, seus dilemas e desafios no decorrer do tempo. É possível recompor assim os traços gerais da deriva de um campo político social que emergiu no conflitivo contexto da redemocratização e foi se institucionalizando, fazendo-se aparato estratégico no funcionamento mesmo do sistema prisional (e penal) catalão. No fim dos anos 2000, a *Coordinadora* é uma das dezenas de entidades sociais cadastradas na SSPRJ, que injetam centenas de trabalhadores voluntários no dispositivo carcerário, e que, ademais, concorrem numa gestão compartilhada do controle do delito.¹³ Se tal é a mudança que atravessa a entidade a qual Manola dedicou boa parte de sua vida, não se pode dizer o mesmo do motivo que a levou a tanto; na maior

¹² Para uma discussão sobre as práticas de prevenção na recente reconfiguração do campo do controle do delito e justiça penal, ver: GARLAND (2005).

¹³ Para um diagnóstico do trabalho voluntário no sistema prisional catalão, ver: TAULA DE PARTICIPACIÓ SOCIAL (2009).

parte das últimas três décadas, seu filho transitou entre pequenos períodos de liberdade e longos anos na prisão, de modo que Manola acabou se acostumando a tê-lo preso.

Aurora

Aurora¹⁴ nasceu em Barcelona em 1965, filha única de um alfaiate catalão e de uma migrante murciana. Viveu toda sua infância num bairro operário de Barcelona. Estudou secretariado numa escola técnica e começou a trabalhar bastante jovem como auxiliar administrativa num escritório próximo à sua casa. Com os ganhos desse primeiro emprego, pagou um curso de auxiliar de enfermagem num outro instituto de formação técnica. Conforme avançava nos estudos da área médica, Aurora passou a complementar sua renda fazendo substituições, em feriados e fins de semana, em hospitais de Barcelona. Nos plantões hospitalares, Aurora encontrou sua realização profissional, e uma vez formada, passou a buscar emprego estável na área, com vistas a deixar o ramo do secretariado.

Corria o ano de 1987, quando o *Departament de Justícia* (DJ) abriu um amplo processo de recrutamento de profissionais da área médica, para trabalharem nos programas de tratamento de dependência química que estavam sendo estruturados nas prisões catalãs. Em 1986, Barcelona fora nomeada a cidade sede dos Jogos Olímpicos de 1992, e em seguida as autoridades decidiram por intensificar e diversificar as ações contra as “epidemias” de heroína e de AIDS, que se faziam as urgências prementes da década. Adotaram, então, o modelo estadunidense de tratamento a base de metadona, um fármaco derivado do ópio, que prolonga o efeito da substância sobre o organismo – reduzindo as crises de abstinência –, e, por outro lado, reduz os seus efeitos psicoativos. Esse arranjo farmacológico pretendia reduzir os índices de criminalidade, que na ocasião eram diretamente relacionados aos usuários (e à abstinência) de heroína. Imaginava-se que substituindo a heroína pela metadona, e progressivamente reduzindo as suas doses, seria possível livrar as pessoas do vício. Ademais, por ser de ingestão oral, o uso da substância pretendia reduzir os índices de contaminação por HIV entre os usuários da droga. Para que o tratamento fosse eficiente, fazia-se necessário a sua implementação nas prisões, foco privilegiado de ambas “epidemias”, e para tanto, era necessário dispor de quadros técnicos capazes de operar o

¹⁴ Para uma discussão mais detida sobre o sistema prisional catalão a partir da sua trajetória de vida, ver: GODOI (2009a).

programa.¹⁵ É nesse contexto de estruturação de um aparato médico-hospitalar no interior do cárcere que Aurora é contratada.

Ofereceram-lhe um posto na antiga prisão panóptica de Tarragona, no sul da Catalunha. O salário mais alto do que o piso da categoria e a possibilidade de trabalhar exclusivamente na área médica pesaram na decisão de Aurora, embora o ambiente carcerário lhe inspirasse bastante medo. Aos 22 anos de idade, ela se emancipou de sua família e mudou de cidade. Passou a viver compartilhando um apartamento com outros funcionários da prisão, que se tornaram seus amigos pessoais. Seu cotidiano de trabalho era pontuado por duas atividades recorrentes: em primeiro lugar, administrar doses de metadona a mais de 75% da população prisional; em segundo lugar, suturar cortes que os presos faziam em si mesmos ou nos outros. A prática da auto-lesão seguia freqüente no ambiente carcerário, embora desprovida dos significados políticos dos tempos da COPEL. As auto-lesões, então, serviam como táticas individualizadas de obtenção de benefícios pontuais, como uma transferência para outra unidade, um período na enfermaria do presídio (onde as condições eram mais amenas), um aumento nas doses de metadona, ou o acesso a outros fármacos psiquiátricos. Já as constantes brigas se davam quase sempre entre “payos” e “gitanos”. “Payo” é a palavra cigana utilizada para falar do outro, do não-cigano, também significa aldeão, camponês, assentado na terra. “Gitano” é o cigano espanhol, grupo numeroso, historicamente estigmatizado e sobre-representado nas prisões catalãs. Essa clivagem estruturante das relações raciais na Espanha, também o era no ambiente prisional.¹⁶

Depois de pouco mais de dois anos trabalhando e vivendo em Tarragona, Aurora foi transferida para a recém-construída prisão de *Quatre Camins* em Granollers, no interior da Catalunha. Apesar da distância, Aurora decidiu voltar a viver em Barcelona, onde também se articulou com uma companheira de trabalho para dividir apartamento e os custos das longas viagens diárias. Entre 1989 e 1990, novas prisões foram inauguradas na Catalunha, como a de *Can Brians* e a de *Quatre Camins*. Essas novas unidades prisionais já não reproduziam a arquitetura panóptica; eram instituições modulares, que seguiam uma nova proposta arquitetônica de vigilância, inspirada no modelo das *supermax* dos Estados Unidos.¹⁷ No novo ambiente, o trabalho da auxiliar de enfermagem era mais complicado, uma vez que tinha que percorrer longos caminhos para distribuir a metadona e atender a

¹⁵ Para uma análise crítica dos programas de metadona nos Estados Unidos, ver: BOURGOIS (2000). Para uma avaliação das políticas de tratamento a base de metadona em Barcelona, ver: MUNS (2003). Para uma avaliação epidemiológica do impacto do tratamento de metadona numa prisão catalã, ver: ARROYO *et. al.* (2000).

¹⁶ Sobre a questão *gitana* na Espanha, ver: GIMÉNEZ (1994).

¹⁷ Sobre os significados da nova arquitetura prisional, ver: CHANTRAINE (2006).

emergências – o que não acontecia na prisão panóptica, onde os serviços médicos se dispunham no hall central.

Junto aos gestores, médicos e enfermeiros, participando do planejamento dos serviços hospitalares da nova unidade, Aurora pôde desenvolver uma visão mais abrangente sobre a progressiva estruturação do aparato médico-hospitalar no interior do sistema penitenciário catalão. Ela conta que, a partir desse período, as instituições penitenciárias passaram a disponibilizar serviços médicos 24 horas por dia, com médicos, enfermeiras e auxiliares, que trabalham num consultório instalado em cada pavilhão. Consultas passaram a ser diariamente realizadas, tratamentos simples, feitos e acompanhados de perto pelos profissionais. Formaram-se equipes de especialistas – dentistas, oftalmologistas, urologistas, cardiologistas, etc. – que circulam pelas prisões, prestando atendimento. Em cada prisão ainda se estruturou uma enfermaria central, onde podem ser internados presos doentes que exigem maiores cuidados. E para aqueles casos em que nem a enfermaria da unidade é considerada um lugar adequado para o tratamento, foi criado, em 1992, o *Pavelló Hospitalari Penitenciar de Terrassa*, na coroa periférica de Barcelona, onde se disponibilizam leitos de terapia intensiva, salas cirúrgicas, etc.

Nesse mesmo período, Aurora pôde perceber certo deslizamento no escopo de objetivos declarados dos programas de metadona. Se antes, o tratamento admitia um horizonte de cura, muito rapidamente esse horizonte se fechou. A metadona provou, de um lado, criar tanta dependência quanto a própria heroína, e de outro, proporcionar efeitos psicoativos que podem despertar um interesse de mercado. De tal modo, conforme aumentou o volume dessa substância em circulação, seja nas ruas, seja no cárcere, estruturou-se um mercado informal e ilegal de sua distribuição. Nesse contexto, começou a circular nos meios médicos uma nova maneira de formular os objetivos do programa: ao invés da cura, a gestão de riscos e redução de danos. Ou seja, passava-se à consideração de que um paciente sob tratamento constante ofereceria menos riscos à sociedade e provocaria menos danos a si próprio e aos outros – tanto no que diz respeito aos riscos da criminalidade, quanto aos riscos do HIV. Assim, estar sob tratamento passou a ser um fim em si mesmo, uma variável importante no controle de riscos e danos sociais. Não mais se falou em erradicar a dependência, mas em gestioná-la e mantê-la dentro de padrões considerados normais e de baixo risco. Não obstante essa espécie de rebaixamento nos objetivos estratégicos do programa, é importante ressaltar que a estruturação de um aparato de tratamento farmacológico da dependência química – como eixo organizador do dispositivo penitenciário, na passagem das décadas de

1980 e 1990 – envolvia a estruturação de um verdadeiro complexo médico-hospitalar de assistência ao preso, que podia e era mobilizado para todas as outras questões de saúde.

Por volta de 1994, depois de um breve período trabalhando numa penitenciária feminina – onde ela não se adaptou – Aurora foi transferida para a maior unidade prisional da Catalunha, a “*Cárcel Modelo*”, que ficava próxima a sua casa. Num consultório de pavilhão, ela conheceu o médico com quem se casaria poucos anos depois. Nos primeiros anos de atividade nessa unidade, Aurora se deu conta de que a estruturação dos serviços médicos no interior das prisões catalãs acabava por introduzir na categoria dos servidores prisionais uma clivagem importante entre as equipes de segurança e de tratamento. Nessa unidade, era particularmente aguda a disputa por hegemonia entre esses diferentes grupos de funcionários, uma disputa prática e cotidiana, que tinha a ver com quais procedimentos seriam tomados e quais demandas seriam atendidas em situações muito concretas.¹⁸ Com o passar do tempo, a equipe de tratamento foi, cada vez mais, perdendo importância, conforme suas atividades iam perdendo centralidade nos mecanismos de controle e gestão da população prisional.

Esse processo se relaciona com uma radical e progressiva transformação no perfil da população carcerária. Na passagem para os anos 2000, Aurora testemunhou uma significativa redução do volume de trabalho no programa de metadona. Os dependentes da heroína (e da metadona) ou morriam ou eram soltos, e um novo perfil de preso começava a surgir, com a crescente chegada de estrangeiros. Nesse novo contexto, as práticas do tratamento penitenciário focadas numa abordagem médico-hospitalar tornaram-se residuais. A urgência da criminalidade associada à “epidemia” de heroína deu lugar ao problema da criminalidade associada à imigração clandestina, de tal modo que as práticas punitivas e de controle que conformam o dispositivo carcerário foram amplamente reconfiguradas.¹⁹ Aurora, para seguir cumprindo suas funções de toda a vida, está lotada, desde 2004, no sub-setor de psiquiatria da enfermaria da prisão, único ponto em que permanece a mesma dinâmica de tratamento que marcou o começo de sua experiência profissional.

Sua trajetória, portanto, permite conhecer o processo de estruturação e reestruturação do aparato médico-hospitalar no interior do sistema prisional catalão. Seu percurso possibilita recompor a história do nascimento desse aparato num contexto de enfrentamento emergencial do problema da “epidemia” de heroína; sua posterior consolidação e

¹⁸ Para uma discussão sobre essa particular dinâmica organizacional, ver: ZINO (1995, 1997).

¹⁹ Para uma análise crítica dos agentes e discursos que operam uma progressiva associação entre criminalidade e imigração clandestina, ver: WAGMAN (2002).

complexificação – que acabou por elevar os padrões de assistência médica no sistema prisional –; as transformações fundamentais nos objetivos dos programas de metadona; bem como o destino dessas práticas numa prisão arrebatada pela progressiva criminalização das populações estrangeiras. Ademais, é possível perceber, nessa breve biografia de Aurora, a importância das relações sociais urdidas no interior do cárcere, fundamentais no desenvolvimento de um círculo de amizades, na realização de estratégias de moradia, e mesmo na sua vida afetiva.

Amaro

Amaro²⁰ nasceu em 1961, numa cidade do agreste pernambucano. Viveu num sítio modesto com os pais e mais sete irmãos até os nove anos de idade, quando a família, fugindo da pobreza, mudou-se para um bairro do extremo leste da cidade de São Paulo. O pai conseguiu emprego rapidamente na construção civil. A mãe arrumou uma vaga como costureira numa fábrica do Brás. E Amaro começou a trabalhar vendendo doces e sorvetes nas ruas do bairro. Os anos foram passando e o pai de Amaro tornou-se porteiro no fórum da Praça João Mendes. Ali conseguiu arrumar uma vaga para Amaro, que já estava com 16 anos e não queria mais vender sorvetes. Em 1977, começou a trabalhar no fórum como *office boy* interno, trazendo e levando papéis pelos muitos andares do prédio. Ali se familiarizou com os trâmites da justiça, com a formalidade na apresentação e com a rotina das repartições públicas. Dispensado quando completou 18 anos, foi trabalhar no ramo das próteses dentárias, no laboratório de um amigo.

A meados dos anos 1980, o mercado das próteses estava em crise e por demais concorrido, e quando sua namorada engravidou, Amaro decidiu buscar a estabilidade do funcionalismo público. Estudou bastante e prestou diversos concursos; passou em dois, mas optou por assumir um cargo na Secretaria da Justiça (SJ), que oferecia um salário relativamente mais alto, pelos adicionais de trabalho noturno e periculosidade. Assim que ele se tornou agente de segurança penitenciária.

Em 1983, José Carlos Dias assumiu a SJ, indicado pelo primeiro governador eleito Franco Montoro. Em sua gestão, Dias procurou desenvolver uma nova política penitenciária, que ficou conhecida como política de humanização dos presídios. A idéia era eliminar as arbitrariedades, violências e torturas que pautaram as práticas penitenciárias no período

²⁰ Para uma discussão mais detida sobre o sistema prisional paulista a partir da sua trajetória de vida, ver: GODOI (2009b).

ditatorial, buscando o respeito dos direitos humanos no interior das instituições prisionais.²¹ Uma das primeiras medidas do governo para atingir seus objetivos foi determinar a renovação dos profissionais que atuavam nas prisões, abrindo concursos públicos – Amaro é aprovado num deles. Entre o tramitar dos concursos e das contratações, a gestão Dias transcorre não sem atribulações. Dentro das instituições policiais, penitenciárias e de justiça, a resistência aos novos ideais era muito grande e o desgaste político do secretário foi inevitável. Duramente questionado, Dias deixou o cargo em 1986. O processo de humanização dos presídios se interrompia e os novos quadros técnicos nem haviam sido integrados ao sistema, de modo que a formação de Amaro ficou a cargo de antigos trabalhadores do aparato de justiça e segurança pública dos tempos da ditadura militar.

No breve curso de formação, Amaro rastejou na lama, dormiu no chão, passou fome, e realizou uma série de outras atividades que considerava abusivas e despropositadas. Além dos “exercícios” práticos, escutava palestras sobre criminalística, direito e processo penal, direito administrativo, etc. Tinha também instruções regulares de defesa pessoal e de “disciplina”, que eram aulas de como ser rígido no tratamento dos reclusos. O curso, portanto, sintetiza de uma forma muito concreta os desafios próprios do período de transição política, que se caracterizava por esforços de consolidação da democracia e pela manutenção de práticas autoritárias.²²

Entre o fim da década de 1980 e a primeira metade dos anos 1990, Amaro passou por três importantes instituições penitenciárias de São Paulo: uma unidade no litoral paulista, a Casa de Detenção e o presídio do Hipódromo. Nessa primeira etapa da sua experiência profissional, suas atividades cotidianas em nada lembravam os protocolos estabelecidos formalmente no edital do concurso público. No edital não se mencionava o carregar corpos inertes, perfurados dezenas de vezes; nem se falava em castigar um preso que se declara homicida com um pedaço de pau ou de aço; nem em mobilizar informantes estratégicos para se antecipar a tentativas de fuga, de homicídios, de rebeliões, etc. – atividades que pontuavam o seu cotidiano.

Nesse período, morrer e matar eram, efetivamente, possibilidades muito concretas para qualquer detento num presídio paulista, e ao agente penitenciário cabia também operar a gestão dessa violência interna exacerbada, muitas vezes por meio da própria violência, outras vezes, por meio da inteligência. A morte violenta ocupava o centro do dispositivo,

²¹ Para uma discussão mais aprofundada acerca da política de humanização dos presídios, ver: SALLA (2007), CALDEIRA (1991, 2003) e GÓES (2004).

²² Para uma problematização dos dilemas da consolidação democrática e continuidade autoritária, ver: PINHEIRO (1999) e ADORNO (1998).

estruturava práticas de detentos e agentes penitenciários, conformava o que poderia ser visto como protocolos informais da gestão da prisão, uma gestão que – pela aguda precariedade institucional – nunca esteve inteiramente nas mãos dos funcionários, sendo sempre o resultado provisório e instável de múltiplas negociações entre os diversos agentes que compõem a instituição. Ao invés de protocolos racionalizados e universais de tratamento e vigilância, as operações de Amaro, no cumprimento de sua função, aproximavam-se mais de uma espécie de arte da antecipação: uma gestão artesanal da informação que circulava no presídio, através da discreta manutenção de uma rede de detentos informantes. Por contraste de fontes e por outras modalidades de investigação, as informações que lhe chegavam eram prontamente checadas. O funcionário mantinha sua própria rede de informantes, de variadas qualidades, inserções e níveis de confiabilidade. A transmissão da informação se dava na maior discrição, para não expor o informante aos presos – o que inevitavelmente acarretaria a sua morte, e a perda da fonte. Uma vez checada a informação, Amaro deflagrava intervenções cirúrgicas, transferindo presos específicos, isolando outros, revistando determinadas celas, etc.

No decorrer da década de 1990, o dispositivo carcerário paulista sofreu um processo de profunda reestruturação, que foi pautado pela emergência e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC), dentro e fora das prisões paulistas.²³ Quando trabalhou na Penitenciária do Estado, na segunda metade da década de 1990, o PCC ali já era uma realidade estabelecida, que vinha transformando todo o solo de práticas possíveis na gestão do cotidiano (e da violência) prisional. Para Amaro, o estabelecimento de uma rede de informantes tornava-se mais e mais difícil. Quase nunca se encontrava sozinho com um preso, numa situação em que pudessem negociar informações e benefícios, os presos só se dirigiam aos funcionários acompanhados de testemunhas, e cada vez mais eram sempre os mesmos interlocutores que tomavam a tarefa de comunicar eventos e demandas. Amaro sentia que, diante do PCC, o seu poder de ação se reduzia em muito, de modo que a gestão compartilhada do ambiente prisional – que sempre caracterizou o funcionamento dos presídios paulistas – já se dava em outra escala. Anteriormente, Amaro se apoiava na multiplicidade de conflitos e rivalidades entre os presos, para levantar informações e assim, por antecipação, apreender armas, drogas, evitar mortes e fugas. Na Penitenciária do Estado, os presos pareciam agir de forma mais coordenada, a informação já não corria da mesma

²³ Sobre o PCC, ver: ADORNO e SALLA (2007), SALLA (2006), BIONDI (2009), SOUZA (2007).

forma, nem pelas mesmas vias, de modo que lhe era praticamente impossível antecipar eventos e providenciar revistas, transferências e outras diligências estratégicas.

No começo dos anos 2000, o que lhe era difícil tornou-se impossível. Nesse período, ficava patente o extravasamento do PCC para além das muralhas. Amaro, depois de liderar uma bem sucedida revista numa cela, recebeu uma ameaça na porta de casa, juntamente com um pedido para que se envolvesse menos nos negócios dos presos. Entre prevaricar e enfrentar a facção, Amaro optou por afastar-se, pediu férias e nunca mais voltou ao presídio. Para ele, ficava evidente que o trabalho como aprendera a fazer já não era seguro, nem possível nesse novo contexto penitenciário. De longe, em conversas com colegas de profissão, foi acompanhando as novas estratégias que as agências estatais iam desenvolvendo para responder à nova situação, marcada por (mega)rebeliões, atentados contra órgãos públicos e agentes estatais. Viu vários de seus colegas ou sendo transferidos para os diversos novos presídios no interior de São Paulo, ou sendo deslocados para os postos mais periféricos e menos estratégicos do cárcere, ou sendo recrutados pela nova “tropa de elite” da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP): o Grupo de Intervenção Rápida (GIR).²⁴

O GIR foi idealizado e instituído entre 2002 e 2003, viabilizado através de doações de empresas produtoras de proteção balística (escudos, capacetes, caneleiras, coletes, etc.) e munições não letais (bombas de efeito moral, gás de pimenta, bala de borracha, etc.); a SAP providenciou cursos de “Entradas explosivas e táticas”, “Combate em ambiente fechado”, e “Resgate de reféns de alto risco” com a *Tactical Explosive Entry School – Brazil* (TEES-BR); “Gerenciamento de crises e negociação” com a Polícia Militar; e “Explosivos não convencionais” com a Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL). Aproximadamente uma dezena desses destacamentos opera “ações preventivas” e de “gerenciamento de crises” nas diversas unidades do sistema penitenciário paulista. As “ações preventivas” são as costumeiras *blitzes* em pavilhões e unidades prisionais inteiras, para encontrar armas, drogas e telefones celulares. Nas décadas de 1980 e 1990, esse tipo de prática sucedia rebeliões, e era realizada pelos quadros da Polícia Militar. A partir da criação do GIR, a SAP já não precisa requisitar a colaboração da Secretaria da Segurança Pública (SSP) e da polícia, podendo realizar autônoma e preventivamente suas revistas massivas. O caráter dos cursos de formação, os artefatos empregados e a rápida expansão do GIR indicam a tendência dos novos atributos estratégicos, necessários e valorizados no agente de segurança penitenciária – e da obsolescência daqueles conhecimentos práticos de funcionários como Amaro.

²⁴ As informações sobre o GIR estão disponíveis no site da SAP: <http://www.sap.sp.gov.br/common/entrevistas/entr002.html>

Por acúmulo de faltas, sem conseguir negociar uma saída que lhe parecesse viável para sua situação, Amaro acabou exonerado de seu cargo, e atualmente trava um embate jurídico com o Estado, pelo direito à aposentadoria. Desempregado, vem lutando contra o alcoolismo, recorrendo até ao internamento. Numa clínica, Amaro se deu conta de como seria difícil desvencilhar-se daquele passado de prisão. Dessa vez, ocupando a posição de interno, Amaro organizou um grupo e tentou promover “a ordem” pela violência, como vira fazer e fizera por tanto tempo. Acabou expulso da instituição, depois de agredir e ameaçar uma série de internos que furtavam, atacavam e extorquiam outros pacientes. Amaro deixou a clínica sentindo-se atado à prisão por dentro, pela mente, pela alma.

A trajetória de Amaro permite conhecer algo das práticas penitenciárias que tiveram lugar no sistema prisional paulista, nas últimas décadas. No seu relato biográfico é possível recompor a deriva dos procedimentos estratégicos da segurança penitenciária, de uma subterrânea arte da antecipação – que operava numa escala *micro*, entre uma multiplicidade de indivíduos presos e agentes estatais – para novas formas de intervenção coletiva e coordenada – seja de presos organizados em facção, seja de agentes estatais militarmente estruturados. Além disso, seu destino aponta tanto para a forma desembaraçada de o Estado se desfazer de seus agentes, quanto para a forma incontornável de essa particular experiência prisional aderir e conformar a subjetividade das pessoas.

Pedro

Pedro nasceu numa cidade pequena do interior do Paraná, em 1974. É o quinto dos sete filhos de um casal de migrantes nordestinos que cruzou o país para trabalhar na lavoura do algodão. Uma terra infértil e geadas constantes jogaram a família na miséria, a tal ponto que se viram novamente obrigados a migrar, dessa vez – em 1978 – para São Paulo, onde Pedro já tinha uma tia vivendo e trabalhando. A família de Pedro foi recebida por essa tia numa das muitas favelas que se espalhavam pela zona norte da cidade.

Em São Paulo, o pai de Pedro logo arrumou trabalho numa indústria metalúrgica, e alugou um barraco na mesma favela. Seu pai era uma figura bastante carismática, tanto que, uma vez aclimatado ao local, aproximou-se de uma associação de moradores, e rapidamente se destacou com uma de suas lideranças, assumindo, em seguida, a presidência da entidade. No início da década de 1980, sua casa estava sempre cheia. Aos domingos, o padre da região os ia visitar, faziam novenas de encher o pequeno barraco, e em seguida todos ali permaneciam em acaloradas discussões políticas. Olhando retrospectivamente, Pedro define aquela casa

como uma verdadeira Comunidade Eclesial de Base (CEB). A agitada vida de seu pai refletia a agitação daquele tempo e daquele lugar. Além de articular-se com os moradores da favela, e com os setores mais progressistas da Igreja Católica, seu pai articulava-se ainda com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), mantendo contato com deputados e vereadores. A irmã de Pedro era operária do setor têxtil, líder sindical na sua fábrica, que participava do processo de construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT). Numa tarde de domingo, naquele início de anos 1980, na casa de Pedro reuniam-se representantes das principais forças políticas que protagonizavam o processo de redemocratização no Brasil.²⁵ Ainda que ele não compreendesse os significados históricos daquele momento, nem daqueles eventos, certamente, toda essa vivência foi fundamental na sua trajetória ulterior.

Porém, nem tudo eram flores naqueles anos 1980, a favela onde Pedro crescia ficava a cada dia mais violenta. Álcool, drogas, armas, roubos, brigas, assassinatos, violência policial; motivos não faltavam para que a mãe de Pedro o mantivesse sob rígido controle. Quando tinha por volta de 10 anos, seu pai ficou desempregado, a situação financeira da família se complicou, e Pedro começou a trabalhar nas feiras da região, carregando sacolas e “olhando” os carros dos consumidores. Nessas ocasiões, via meninos do mesmo bairro roubando mercadorias e transeuntes; juntos iam e voltavam, comentavam as façanhas e comparavam os ganhos – os dele, sempre inferiores –, de modo que Pedro poderia ter enveredado desde muito cedo pelas sendas mais lucrativas da criminalidade. Não quis. Ele foi desenvolvendo suas próprias defesas, formando um círculo de amigos que se identificavam pela socialização religiosa, pelo apego à escola, e pelo rechaço radical ao mundo da droga e do crime.

No decorrer dos anos 1980, sua família inteira foi progressivamente se convertendo ao protestantismo e deixando a militância política. Pedro, ao contrário, foi se aproximando do núcleo de base do PT da região, tornando-se assíduo freqüentador das atividades da Igreja Católica e colaborador na Pastoral de Moradia. Nesse período, trabalhou em supermercados e lojas, sempre estudando à noite.

No começo dos anos 1990, quando estava para terminar o ensino secundário, Pedro já se identificava completamente com as atividades políticas e religiosas da pastoral, de tal forma que chegava a vislumbrar a possibilidade de integrar-se aos quadros da Igreja. Com esse ânimo, procurou aconselhamento com aquele padre dos tempos de outrora, que o vira

²⁵ Para uma discussão sobre esse contexto político e seus protagonistas, ver: SADER (1995).

crescer nas reuniões e novenas da “CEB” daquela favela na zona norte. O padre foi sábio e prático: aconselhou-o a estudar direito penal, para que pudesse ajudá-lo na Pastoral Carcerária – onde então ele estava atuando –; se no decorrer do curso universitário, o interesse na vida religiosa se confirmasse, depois tratariam do tema. E foi o que Pedro fez. Formou-se no ensino secundário, ingressou num cursinho popular, e estudou muito até entrar no curso de direito de uma universidade pública no interior paulista. É nesse ponto, a meados da década de 1990, que o percurso de Pedro se cruzou com a trajetória do sistema penitenciário paulista, pela via da Pastoral Carcerária.

Assim como as experiências da infância e juventude de Pedro, a trajetória da Pastoral Carcerária também se insere no processo de desenvolvimento de um campo político que emergiu no período de redemocratização. Naquele mesmo ano de 1978, em que a família de Pedro chegava a São Paulo, eram criados os primeiros Comitês Brasileiros de Anistia em diferentes capitais do país. Esses comitês agregavam além de artistas, intelectuais, familiares e amigos de presos políticos, estudantes opositores ao regime militar, e os mesmos setores do MDB e da Igreja Católica que, àquela altura, apoiavam e aglutinavam movimentos sociais em torno de outras questões, nas diversas fábricas e favelas espalhadas pela cidade.²⁶

Após a anistia, diversos centros de defesa dos direitos humanos, comissões “Justiça e Paz”, comissões diocesanas, comissões pastorais seguiram se desenvolvendo e funcionando, pautando a questão da precariedade e da violência penitenciária. A organização da Pastoral Carcerária, em 1986, pode ser vista como um dos marcos da estruturação desse campo. Assim como a nomeação para a Secretaria da Justiça do ex-presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, o advogado José Carlos Dias, e seus esforços de humanização dos presídios, representam uma primeira aproximação desse campo político às estruturas do poder estatal.

Porém, como indica o fracasso da política de humanização no sistema prisional – e de forma análoga ao que se passava na mesma década naquela favela da zona norte – nem tudo eram flores na estruturação desse campo. Enquanto se estruturava, desenvolvia-se em setores do Estado e em amplos segmentos da sociedade, uma forte resistência à pauta dos direitos humanos.²⁷ No decorrer da década de 1980 e na primeira metade da década de 1990, a gravitação de agentes, práticas e discursos em torno da questão prisional, se dava no embate de dois campos distintos, um favorável a políticas de realização de direitos humanos nos presídios, e outro que fazia campanha contrária, afirmando que o reconhecimento dos

²⁶ Sobre o movimento de anistia no Brasil, ver: COSTA (2001).

²⁷ Sobre a ampla estigmatização dos defensores dos direitos humanos, ver: CALDEIRA (1991).

direitos dos presos significaria concessão de privilégios imerecidos em detrimento dos “cidadãos de bem”; e que o aumento da criminalidade exigiria medidas penais e de controle do delito cada vez mais duras. A esse segundo campo correspondem os agentes, práticas e discursos próprios do populismo penal brasileiro, que conforma toda uma linhagem política de alto desempenho eleitoral e, desde a redemocratização, sempre presente nas principais casas legislativas federais, estaduais e municipais.²⁸

É nesse contexto que Pedro, ainda estudante universitário, começou a atuar na Pastoral Carcerária e a freqüentar o sistema prisional paulista. Nessa fase inicial, suas práticas abarcavam a assistência religiosa, a formulação de denúncias pontuais de casos de violações de direitos e maus-tratos, e até a articulação de um programa de alfabetização no cárcere. Ademais, Pedro fazia estágio no Ministério Público e organizava retiros e encontros da Pastoral Universitária. Nos anos de faculdade, sua identidade com o trabalho pastoral só cresceu, e ao se formar, no final da década de 1990, estava convencido de que deveria entrar no seminário.

No começo dos anos 2000, Pedro iniciou sua formação religiosa para tornar-se um missionário da Igreja Católica. Seu processo formativo lança luz sobre as condições de possibilidade de tamanha presença de agentes religiosos na estruturação de múltiplas entidades e organizações civis em torno da questão prisional, e não só dela. Pedro foi formado num verdadeiro périplo pelos problemas sociais do mundo contemporâneo: prestou assistência jurídica a camponeses sem-terra em diversas regiões do país; junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e à Comissão Pastoral da Terra (CPT); fez “estágios” pastorais em favelas na Nicarágua e em prisões da Bolívia. Em seguida, passou um período num seminário, onde cursou Filosofia e Teologia, enquanto intensificava a atividade na Pastoral Carcerária, prestando assistência jurídica nos presídios da região na qualidade de voluntário.

Depois de formado missionário, a meados dos anos 2000, Pedro foi trabalhar como advogado junto às esferas diretivas da Pastoral Carcerária. Ele segue fazendo intervenções de assistência jurídica e religiosa, mas seu foco de atuação ampliou-se sobremaneira, de tal modo que, além de denunciar casos de violações de direitos num xadrez de delegacia, também se articula com congressistas e assessores parlamentares para barrar algumas e promover outras mudanças legislativas no âmbito penal, articula representantes de diversas religiões em prol da liberdade religiosa no cárcere, participa de debates públicos sobre a

²⁸ Para uma aproximação dos discursos e trajetórias dos principais agentes do populismo penal brasileiro, ver: SILVA (2004).

criminalização da pobreza, a funcionalidade ou não das penas alternativas, as possibilidades do voto dos presos, etc.

A partir das práticas políticas e jurídicas de Pedro nesse último período, é possível esboçar alguns marcos gerais das condições e do desenvolvimento recente dos serviços de defesa pública para pessoas presas, que também conformam um campo estratégico e estruturante do dispositivo carcerário paulista.

Os serviços de Defensoria Pública estavam previstos desde a Constituição Federal de 1988, mas no estado de São Paulo, até 2006, eram viabilizados através de um arranjo institucional quase informal. A Procuradoria do Estado “emprestava” alguns de seus quadros para os serviços de defesa pública em todas as áreas do direito. No campo da execução penal, o trabalho dos pouquíssimos procuradores-defensores públicos era complementado, de um lado, por advogados da Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel (FUNAP) – autarquia ligada à administração penitenciária –; e de outro, por advogados autônomos, intermediados pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que assumiam casos e recebiam remuneração por produtividade (esses são conhecidos como “dativos”). A quase formalidade da defesa pública era extensiva a esses dois coletivos. No âmbito informal, a assistência jurídica gratuita era complementada pela atuação de entidades como a Pastoral Carcerária, que mobilizavam o trabalho voluntário de advogados como Pedro.

Frente a essa situação, um conjunto de diversas organizações civis – entre elas a Pastoral Carcerária – lançou o Movimento pela Defensoria Pública em São Paulo, já apresentando um projeto de lei que regulamentasse a sua criação. Entre idas e vindas, manifestações públicas e pressão na Assembléia Legislativa, a Defensoria foi finalmente instituída, em janeiro de 2006.²⁹ O complexo arranjo institucional dos serviços de defesa pública na área penitenciária – rede de defensores, advogados da FUNAP, “dativos” e voluntários – não se modificou substancialmente com a criação da Defensoria Pública, mas ganhou um outro ponto de ancoramento na estrutura estatal, com maior autonomia e maiores possibilidades de expansão. Além disso, assim que a Defensoria iniciou suas atividades, em sua cúpula, foram estruturados diversos núcleos especializados em diferentes áreas do direito, com o fim de qualificar a intervenção da instituição e promover ações judiciais consideradas estratégicas. Um deles é o núcleo especializado em “Situação Carcerária”, que visa principalmente a formulação de intervenções judiciais de caráter difuso ou coletivo, como o direito ao voto dos presos preventivos, por exemplo. Tais deslocamentos alteram

²⁹ Para mais informações sobre o processo de estruturação da Defensoria Pública de São Paulo, ver: MELO (2007), MUNIZ (2009) e SOARES (2009).

significativamente o campo dos embates jurídicos no interior do dispositivo carcerário paulista e demonstram a fundamental importância da atuação de entidades como a Pastoral Carcerária e de advogados como Pedro.

A trajetória de Pedro possibilita conhecer de perto o papel estruturante de setores progressistas da Igreja Católica no processo de redemocratização do Brasil, bem como nas reconfigurações institucionais mais recentes no interior do dispositivo carcerário. Seu percurso se dá seguindo o horizonte de desenvolvimento de um campo político que gravita as instituições penitenciárias e disputa – política e juridicamente – suas funções e condições de funcionamento.

Considerações Finais

Como já foi apontado na introdução do presente trabalho, da justaposição dessas quatro trajetórias (ou dessas duas cartografias) não se depreendem explicações conclusivas sobre os sentidos das transformações mais fundamentais nos sistemas prisionais da atualidade. O que as experiências e saberes de Manola, Aurora, Amaro e Pedro permitem formular pode ser entendido, tão somente, como alguns contornos de duas modulações territorializadas do dispositivo carcerário contemporâneo e de algumas de suas mais significativas alterações num passado recente. Nessas cartografias, necessariamente parciais e incompletas, é possível entrever algo do jogo de urgências e agregação de elementos, de ações de alguns e reações de outros, de ajustes de um lado e desajustes alhures, em suma, desse jogo complexo entre elementos dispersos que (re)configura as formas de implantação do dispositivo carcerário num dado contexto social.

A partir das trajetórias catalãs, é possível acompanhar a passagem de foco do dispositivo carcerário da urgência da heroína para a urgência da imigração clandestina; a correlativa alteração na composição da população prisional e as reações que promove tanto nas práticas penitenciárias, quanto nas atividades correntes no campo político que se articula gravitando o sistema carcerário. Na estruturação de um aparato médico-hospitalar, na particular evolução dos programas de metadona; também, na deriva da organização popular e da contestação política rumo ao desenvolvimento de projetos sociais de prevenção ao crime e de programas institucionalizados de assistência a presos e egressos (que mobilizam parcerias múltiplas e muito trabalho voluntário), etc. – em cada um desses processos, convergem e entram em conflito diversos agentes estatais, setores da “sociedade civil organizada” e clientes preferenciais da justiça penal que, em seus percursos, encontros e desencontros, vão

pontuando os territórios de tensão, os discursos dominantes e recessivos, as racionalidades estratégicas, as relações de poder e de saber, que conformam o dispositivo carcerário catalão na atualidade.

A partir das trajetórias paulistas, é possível vislumbrar como ao redor e através de uma prisão marcada pela violência exacerbada, pela precariedade institucional e pela morte iminente, também se estrutura um complexo dispositivo. É possível perceber que tão importante quanto uma alteração de composição da população prisional, pode o ser uma mudança nas suas formas de organização interna, também acarretando profundas alterações nas práticas penitenciárias, obsoletizando uma certa arte da antecipação e promovendo estratégias militarizadas de controle e gestão prisional. Ademais, é possível reconstituir algumas importantes passagens da estruturação de um campo político fortemente pautado por setores progressistas da Igreja Católica, gravitando o cárcere e disputando suas condições de funcionamento, incidindo gradualmente – mas não sem resistências – na reestruturação do próprio aparato estatal, desde os esforços frustrados de humanização dos presídios, até a tardia institucionalização dos serviços de defensoria pública, por exemplo. A quase simultaneidade de processos de endurecimento no tratamento penitenciário – do tipo GIR – e da estruturação de aparatos de realização de direitos – do tipo Defensoria Pública – indica o grau de complexidade das reconfigurações recentes no dispositivo carcerário paulista, e aponta para a importância de recorrer às experiências e saberes dos diversos agentes que concorrem nesses diferentes processos para conferir-lhes alguma inteligibilidade.

De todo modo, talvez o mais importe que se depreenda desse conjunto de trajetórias e saberes seja uma espécie de restituição da complexidade dos sistemas penitenciários e de suas relações com as sociedades em que se inserem. Teorias gerais como as de Wacquant (1998) – sobre a emergência do “Estado Penal” –, e de Garland (2005) – sobre a “nova cultura do controle” – são fundamentais para se pensar a estratégia dominante que impera no dispositivo carcerário contemporâneo e que fundamenta a recente massificação do encarceramento: a contenção e anulação de cada vez mais amplas parcelas da população. No entanto, elas deixam em aberto a questão de como essa estratégia dominante se destaca, como um efeito de conjunto, de um intrincado de conflitos políticos, de mobilizações e imobilizações de uma série de estratégias subsidiárias que também se articulam no dispositivo. São estas estratégias subsidiárias que convergem e se enfrentam em campos de disputa política situados no tempo e no espaço, envolvendo diversos agentes, práticas, discursos e instituições muito concretas. Através de cartografias descritivas de modulações

do dispositivo carcerário, parece ser possível interpelar a emergência dessa multiplicidade de aparatos e de agentes que não necessariamente comungam uma mesma racionalidade punitiva. A afirmação da prevalência de uma estratégia dominante segregacionista e anuladora no interior do dispositivo pode ganhar maior relevância ainda se articulada, de um lado, a uma problematização acerca de outras possibilidades estratégicas que se apresentam num dado momento; e de outro, a uma análise das formas pelas quais a estratégia dominante coloniza, reinveste, (i)mobiliza ou utiliza as forças que se articulam sob uma estratégia subsidiária.

Finalmente, restaria destacar que em todas as trajetórias fica evidente a força do “encontro” com a prisão na constituição dos percursos individuais e de suas vidas sociais. A passagem pela prisão – ainda que não seja motivada por condenação – deixa marcas indeléveis nas subjetividades e acaba por fazer, delas também, pontos dispersos nessa ampla, heterogênea e complexa rede que é o dispositivo carcerário.

Bibliografia:

ADORNO, S. (1998) “*Consolidação Democrática e políticas de segurança pública no Brasil: rupturas e continuidades.*” in ZAVERUCHA, J. (Org.) *Democracia e instituições políticas Brasileiras no final do século XX*. Recife. Bagaço.

_____ ; SALLA, F. (2007) “*Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC.*” in *Revista de Estudos Avançados*, 21(61), pp. 07-29.

ARROYO, A.; MARRÓN, T; CORONAS, D.; LEAL, M. J.; SOLÉ, C.; LALIAGA, A. (2000) “*Programa de mantenimiento con metadona (PMM) en prisión: cambios sociales y sanitarios*” in *Adicciones*, v.12, n.2, pp.187-194.

BIONDI, K. (2009) *Junto e misturado: imanência e transcendência no PCC*. São Carlos: UFSC. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social.

BOURGOIS, P. (2000) “*Disciplining addictions: the bio-politics of methadone and heroin in the United States*” in *Culture, Medicine and Psychiatry*, n.24, pp.165-195.

CALDEIRA, T. P. R. (1991) “*Direitos humanos ou ´privilégios de bandidos`? Desventuras da democratização brasileira*” in *Novos Estudos*, n.30, pp.162-174.

_____ (2003) *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed.34/Edusp.

CHANTRAINE, G. (2006) “*A prisão pós-disciplinar*” in *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, ano 13, n.62, pp. 79-106.

- COSTA, H.O. (2001) “*Incursões na História das Anistias Políticas no Brasil*” in *DHNET - História dos Direitos Humanos*, [on line] disponível na internet via: http://www.dhnet.org.br/direitos/anthistbr/redemocratizacao1988/homero_anistia.html (Consulta feita em maio de 2010)
- DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional. (2010) “*Infopen – estatística*”. Ministério da Justiça, Governo Federal [online], disponível na internet via: <http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm>. (Consulta feita em agosto de 2010).
- DÍAZ, V.P.; MIRANDA, B.A.; e ENRÍQUEZ, C.G. (2001) *España ante la inmigración*. Barcelona: Fundación La Caixa.
- FOUCAULT, M. (1980) *Microfísica del poder*. Madrid: Ed. La Piqueta.
- GARLAND, D. (Org.) (2001) *Mass imprisonment: social causes and consequences*. London: SAGE.
- _____ (2005) *La cultura del control: Crimen y orden social en la sociedad contemporánea*. Barcelona: Editorial Gedisa.
- GIMÉNEZ, A. (1994) *Extranjeros en su propia tierra: los gitanos*. Barcelona: Virus
- GODOI, R. (2009a) “*Uma vida em Barcelona entre o hospital e a prisão*” in *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, ano 17, n. 76, pp. 348-371.
- _____ (2009b) “*Gérer le vivre-ensemble dans et hors de la prison: la trajectoire d’un agent pénitentiaire à un moment de transition*” in CABANES, R.; GEORGES, I. *São Paulo: la vie d’en bas*. Paris: L’Harmattan, p.151-166.
- _____ (2011a) “*Para uma reflexão sobre efeitos sociais do encarceramento.*” in *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 8, p. 138-154.
- _____ (2011b) “*O sistema prisional e seus agentes mediadores: uma proposta metodológica exploratória.*” in *Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia*, Curitiba: UFPR.
- GÓES, E. (2004) “*Transição política e cotidiano penitenciário*” in *História*, 23(1-2), pp. 219-238.
- MELO, L.W. (2007) *A Defensoria Pública como Meio de Acesso do Cidadão à Justiça*. Fortaleza: UNIFOR. Monografia de Bacharelado em Direito.
- MI – Ministerio del Interior (2010a) “*Estadística penitenciaria.*” Gobierno de España [online], disponível na internet via: <http://www.institucionpenitenciaria.es/opencms/opencms//documentos/estadisticas.html> (Consulta feita em junho de 2010)

- MUNIZ, C. B. (2009) “A Defensoria Pública de São Paulo na Defesa dos Direitos Sociais” in *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v.17, n.77, pp.331-341.
- MUNS, E. P. (2003) *Programes de Manteniment amb Metadona a Barcelona: un estudi de cost-efectivitat*. Barcelona: UAB. Tese de Doutorado em Psicologia da Educação.
- PINHEIRO, P. S. (Org.) (1999) *Continuidade Autoritária e Construção da Democracia – Relatório Final*. São Paulo: NEV, [online] disponível na internet via: <http://www.nevusp.org/downloads/down000.pdf> (Consulta feita em maio de 2010)
- PRODUÇÃO COLETIVA (2004) *La Cárcel Modelo de Barcelona 1904-2004*. Barcelona: Ateneo Libertario Al Margen, Likiniano Elkarte, Ateneo Libertari Poble Sec, Etcétera [online] disponível na internet via: http://www.sindominio.net/etcetera/PUBLICACIONES/con_otros/modelo2.pdf (Consulta feita em maio de 2010)
- RUBIO, C.L. (2005) “La Revuelta de los Comunes: una primera aproximación al movimiento de presos sociales durante la transición” in *Desafectos*, n.7, [online] disponível na internet via: <http://www.uclm.es/profesorado/poliver/GrupoEPIP/pdf/CesarLorenzo/LA%20REVUELTA%20DE%20LOS%20COMUNES.pdf> (Consulta feita em maio de 2010)
- SADER, E. (1995) *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. São Paulo: Paz e Terra.
- SALLA, F. (2006) “As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira” in *Sociologias*, n.16.
- _____ (2007) “De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo.” in *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 1, n. 1, pp. 72-90.
- SILVA, J. F. S. (2004) *Justiceiros e Violência Urbana*. São Paulo: Cortez.
- SOARES, T. (2009) “A Defensoria Pública de São Paulo: um modelo inovador de assistência jurídica gratuita” in *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v.17, n.78, pp.411-425.
- SOUZA, F. (2007) *PCC: a facção*. São Paulo: Record.
- TAULA DE PARTICIPACIÓ SOCIAL. (2009) *Què diem les entitats de voluntariat?* Barcelona: Centre d’Estudis Jurídics i Formació Especialitzada – Jornades de Voluntariat Penitenciari, [online] disponível na internet, via: http://www20.gencat.cat/docs/Justicia/Documents/ARXIUS/JVPque_entitats_voluntariat.pdf (Consulta feita em maio de 2010)

- TUSELL, J. (1999) *Historia de España en el siglo XX: IV – la transición democrática y el gobierno socialista*. Madrid: Taurus.
- VALDÉS, C.G. (1981) *La reforma penitenciaria española: textos y materiales para su estudio*. Madrid: Instituto de Criminología.
- WACQUANT, L. (1998) “A ascensão do Estado penal nos EUA.” in *Discursos Sediciosos*, ano 7, n.11, pp. 13-39.
- WAGMAN, D. (2002) “Estadística, delito e inmigrantes.” in *Gobernabilidad y seguridad sostenible*, n.7, [on line] disponível na internet via: <http://www.iigov.org/ss/article.drt?edi=184297&art=18432> (Consulta feita em junho de 2008)
- ZINO, J. (1995) “*Trayectorias sociales y procesos de identidad en prisión*” Tarragona: Arxiu d’Etonografia.
- _____ (1997) “*Coyunturas de cambio de una cultura institucional*” in *Revista del Máster Sistema Penal y Problemas Sociales*, [on line] disponível na internet via: <http://www.ub.es/penal/zino2.htm> (Consulta feita em maio de 2010)

Rafael Godoi, agosto de 2011.